

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS INTRAURBANA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE TRÊS CIDADES MÉDIAS – Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente

SOCIOSPATIAL INTRAURBAN INEQUALITY: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THREE INTERMEDIATE CITIES - Uberlândia, São José do Rio Preto and Presidente Prudente

Alexandre Bergamin **VIEIRA***

Resumo: O reconhecimento das desigualdades sociais como uma questão urbana não é uma ideia recente. Os contrastes sociais marcados pela enorme distância entre os ricos e os pobres serviram de realidade empírica para as primeiras análises da desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, demonstrando que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória e que a desigualdade espacial é produto e produtora da desigualdade social. Portanto, reflexo das relações sociais desse modo de produção, as cidades irão apresentar, de forma cada vez mais intensa, as desigualdades e as diferenciações entre as classes sociais, com influências diretas no território produzido e apropriado pelas diferentes classes sociais. Assim, buscaremos neste texto realizar uma breve discussão de como as desigualdades socioespaciais e a exclusão social estruturam o espaço intra-urbano de três cidades médias brasileiras, caracterizadas como cidades de primeiro mundo e de melhor qualidade de vida.

Palavras Chave: desigualdades socioespaciais, cidades médias, Uberlândia, São José do Rio Preto, Presidente Prudente

Abstract: The recognition of social inequalities as an urban issue is not a recent idea. The contrasts marked by great social distance between rich and poor served as a reality for the first empirical analysis of inequality generated by the development of capitalism, showing that this space is built and is reproduced in uneven and contradictory and that spatial inequality is product and production of social inequality. Therefore, reflection of the social relations of that method, the cities will present, so increased, inequalities and differences between social classes, with direct influence on the territory produced and appropriate for different social classes.

Keywords: Sociospatial inequalities, intermediate cities, Uberlândia, São José do Rio Preto, Presidente Prudente

Na Geografia Urbana muito tem sido produzido e estudado acerca das desigualdades sociais e espaciais nas metrópoles, pois, como nestas localidades os índices de pobreza e de desigualdade social são alarmantes, é frequente a indagação a respeito da relevância e pertinência do estudo dessa temática em outras realidades urbanas, tal como a das cidades médias.

Portanto, entendemos que o estudo das desigualdades sociais e espaciais nas cidades médias se apresenta como um desafio que impõe uma difícil tarefa para um diverso grupo de pesquisadores¹. Devido inúmeras dessas cidades serem identificadas como “ilhas de prosperidade”, particularmente aquelas localizadas no interior paulista, como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Marília dentre outras, conforme constatamos nos trabalhos de

* Prof. Adjunto do Colegiado de Geografia da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon-PR. Este texto resulta de reflexões da tese de doutorado do autor intitulada “Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política”, orientada pelo Prof. Dr. Raul Borges Guimarães e financiada pela FAPESP. E-meio alegeobv@yahoo.com.br

¹ Refiro-me à RECIME (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias).

Pochmann et.al. (2003 e 2005) e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a partir da análise do IDHm (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, desenvolvido pelos órgãos IBGE, IPEA e ONU)

Contudo, levantamos a hipótese de que nas cidades médias os processos excludentes são mais perversos do que nas metrópoles, acentuando ainda mais as desigualdades sociais ou mesmo “naturalizando” a diferenciação social uma vez que a ausência ou fragilidade de projetos políticos da maioria dos segmentos da sociedade local menos favorecida (como movimentos populares por moradia e outras formas de luta da sociedade civil organizada) provocaria o controle da produção do espaço urbano quase que exclusivamente pelos proprietários de terras urbanas, pelos incorporadores imobiliários e pelo poder público municipal, em geral, sob o domínio destes interesses particulares, como analisa Sposito (2004).

Dessa forma, o “lugar de cada um” (VIEIRA, 2005) ou a separação espacial das diferentes classes sociais nas cidades médias torna-se natural e é determinado tanto pelo Poder Público Municipal, quando da elaboração das políticas habitacionais e a definição da localização dos loteamentos populares e/ou conjuntos habitacionais, geralmente na periferia pobre das cidades², como pelo mercado imobiliário, que se beneficia da valorização de determinadas áreas da cidade promovida pela política habitacional.

Ou seja, constata-se nessas cidades que a separação entre ricos e pobres é um fator natural, resultado das possibilidades de escolha e do poder de compra de cada indivíduo, no qual os ricos moram em locais com as melhores condições de vida e os pobres naqueles locais que lhes resta, com as piores condições, conforme constamos em pesquisa de campo e como também apontam os textos dos autores da escola de Chicago.

Assim, embora o conceito de cidades médias ainda seja muito polêmico e questionável, podendo ser considerado um conceito equivocado, sem precisão teórica-metodológica, muito amplo e aberto, representando realidades muito diferentes, ou ainda a definição cidades médias seria, ainda, apenas uma noção, não se constituindo num conceito como afirma Sposito (2007, p.9). Propomos neste artigo realizar uma análise comparativa das desigualdades socioespaciais intraurbanas de três cidades, definidas como médias em diversos estudos³, localizadas em contextos regionais diversos, com demografias diferentes, com especificidades internas peculiares, mas com funções urbanas semelhantes, distantes das grandes metrópoles, concentrando especialmente atividades, pessoas, investimentos, fixos e fluxos, capacidade de investimentos e empreendimentos locais que nos permitam contribuir no debate ora apresentado.

Assim, conforme aponta Corrêa (2007, p.28), é no contexto de formação da moderna rede urbana que é possível se estabelecer a noção ou o conceito de cidade média. Ou seja, cada uma das três cidades selecionadas para o estudo, através de segmentos econômicos diferenciados, se inserem como importantes pontos no espaço ou como “nós” da rede urbana brasileira. Tais parâmetros levaram a escolha das cidades de Uberlândia, situada em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, São José do Rio Preto, localizada no noroeste paulista e, Presidente Prudente, “capital” da região denominada Pontal do Paranapanema, também no estado de São Paulo, que se caracterizam como cidades pólo de suas regiões e exercem um

² Como exemplo disso ver Vieira (2001) e Bueno (2002) para São José do Rio Preto, Hora (1997) Marisco (2003) para Presidente Prudente e, Oliveira (1992) e Mota (2001) para Uberlândia.

³ Dentre os diversos estudos específicos apontamos os de Whitacker (2003) e Vieira (2005) para São José do Rio Preto; Sposito (org. 2002) para Presidente Prudente, Soares (1995) e Bessa (2007) para Uberlândia. Reforçando, ainda, essa afirmação, as duas cidades paulistas integraram o Programa Cidades Médias nos anos de 1970, inserido na PDUR (Política Nacional de Desenvolvimento Urbano) e diversos outros textos indicam as cidades como sendo médias, tais como afirmam Amorim Filho (1984), Pontes (2001) e Soares (1999).

papel importante na sua região de influência, conforme constatamos no trabalho Regiões de Influências das cidades 1993 e 2000 (IBGE, 2000 e 2008).

A cidade de Uberlândia se destaca como um dos maiores centros de comércio atacadista do país, com empresas distribuidoras que atuam em quase todo o território nacional e, ainda, mais recentemente, passa a exercer um papel central na rede de *call centers* do país.

São José do Rio Preto se insere na rede urbana como centro médico-hospitalar de referência, realizando diversos tipos de tratamentos e serviços encontrados quase que exclusivamente em capitais. Destaca-se ainda no setor de ourivesaria, com uma produção destinada quase que exclusivamente para exportação.

Presidente Prudente é considerada um dos centros nacionais de excelência da pecuária de corte e “gado de elite”, com escritórios e sedes de grandes criadores, influenciando diretamente no preço da carne e na produção de sêmen bovino em todo território nacional.

Mesmo com as especificidades de cada uma, todas são consideradas cidades pólo de suas regiões, possuem um enorme potencial no comércio e na prestação de serviços especializados (saúde, educação, novas tecnologias), possuem uma posição geográfica relativa que as permitem facilidade de acesso e deslocamento (rodovias, ferrovias e aeroportos).

Além disso, possuem uma rede bancária consolidada, com significativo número de agências, conforme dados do Banco Central (Uberlândia: 48 agências; Presidente Prudente: 25; São José do Rio Preto; 53).

Apresentam possibilidades de melhores condições de vida para sua população, com todas as cidades apresentando um IDH-m superior a 0,8, considerado pela ONU como alto desenvolvimento humano e uma infraestrutura urbana consolidada.

Possuem um PIB e uma capacidade empreendedora significativa, demonstrados pelos valores de repasse com ICMS e impostos como o ISS, como observamos no quadro a seguir.

Quadro 1 - PIB, impostos estaduais e municipais

| MUNICÍPIO | REPASSE ICMS- 2005 | RECEITA ISS - 2005 | PIB - 2003 |
|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------|
| Uberlândia | 147.370.518 | 46.956.799 | 5.500.070,90 |
| São José do Rio Preto | 76.777.842 | 30.835.170 | 1.978.847,11 |
| Presidente Prudente | 38.666.322 | 13.198.246 | 1.022.663,64 |

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional (Min. Fazenda/STN)

Segundo o Atlas do Mercado Brasileiro – 2007, coordenado e publicado pela Gazeta Mercantil, os três municípios classificam-se entre os 300 mais dinâmicos do país, com a melhor classificação para São José do Rio Preto (156ª posição), seguida de Uberlândia (posição 204) e Presidente Prudente (posição 291).

Assim, entendemos que os dados apresentados, reforçam a definição das três cidades como médias e revelam possibilidades de boas condições de vida para população que nelas residem.

Porém, como em todas as cidades capitalistas, nas cidades médias os benefícios do processo de urbanização são seletivos e excludentes, caracterizando, no interior destas cidades espaços luminosos e espaços opacos, numa paralelo às ideias de SANTOS e SILVEIRA (2001).

Dessa forma,

É na construção dos espaços residenciais, sejam eles formais ou informais, legais ou ilegais, promovidos pelo poder público ou pelo setor privado, tecnicamente assistidos ou auto-construídos, que se perceberá a forma mais predatória com que a expansão da urbanização tem se dado, tanto nas áreas centrais como nas intermediárias, periurbanas ou mesmo em zonas de transição urbano-rural. (SPOSITO et. al, 2007, p.57)

Reforçando, portanto, as ideias de Santos (1990, p.59) quando afirma que:

A forma como a cidade é geograficamente organizada faz com que ela não apenas atraia gente pobre, mas que ela própria crie ainda mais gente pobre. O espaço é, desse modo, instrumental a produção de pobre e de pobreza: um argumento a mais para considerarmos o espaço geográfico não apenas como um dado ou como um reflexo, mas como um fator ativo, uma instância da sociedade, como a economia, a cultura e as instituições.

Sendo a produção do espaço urbano um resultado das combinações de forças entre agentes que produzem a cidade, a dinâmica socioespacial de tais agentes está desencadeando processos acirrados de exclusão social. Como o planejamento urbano nas cidades médias apresenta maior dificuldade de equacionamento em função da força política e econômica de determinados agentes sociais, o rápido crescimento destas cidades está produzindo um espaço urbano profundamente desigual.

Entendemos, portanto, ser fundamental na análise das cidades médias a compreensão dos papéis exercidos pelos principais agentes da produção do espaço intra-urbano, que acabam por produzir uma cidade cada vez mais desigual e excludente, privilegiando a valorização do capital e interesses privados em detrimento do desenvolvimento social e coletivo, promovendo ainda mais a exclusão social.

E o que caracteriza, diferencia ou o que é específico das desigualdades socioespaciais e da exclusão social nas cidades médias, fazendo com que estes processos sejam ainda mais perversos nestas cidades.

Entendemos serem cinco fatores, de natureza social, econômica, geográfica, política e ideológica que acirram e reforçam os processos excludentes nas cidades médias, reforçando as desigualdades sociais e espaciais na escala intra-urbana.

Como fator social apontamos para a questão da “naturalização” das desigualdades socioespaciais, dos processos de segregação e diferenciação socioespacial e do processo de exclusão social. Ou seja, conforme apontamos na apresentação deste relatório, a localização das diferentes classes sociais em diferentes lugares, com distintas condições de vida, de habitabilidade, com diferentes infra-estruturas é um resultado “natural” da divisão entre classes sociais e das possibilidades ou impossibilidades de escolha ou do poder de compra de cada um.

Um segundo fator que caracteriza a exclusão social e as desigualdades nas cidades médias é o geográfico. Apesar das nítidas diferenças da paisagem e do espaço dos bairros ricos e pobres, não há neles um contraste impactante, que choca ou que conteste àqueles que observam de fora ou que vivem nestes espaços, conforme observamos na metrópole carioca o

nítido contraste entre o morro e o asfalto ou na metrópole paulistana a população da favela utilizando o muro da Daslu⁴ como apoio para seus barracos.

Ou seja, nas cidades médias os espaços da exclusão e da segregação, dos bairros pobres, estão “escamoteados” pela paisagem harmoniosa dos bairros ricos e centrais⁵, que representam a imagem de progresso e prosperidade pelo qual as cidades médias são apresentadas.

Esse fator geográfico reforça os processos excludentes, a segregação socioespacial e as desigualdades espaciais entre as diferentes classes sociais, revelando a importância do modelo espacial com um dos elementos estruturantes da sociedade.

Estes dois primeiros fatores são reforçados pelo fator político, ou seja, a ausência ou a inexpressividade de movimentos sociais e/ou entidades da sociedade civil organizada contestatórios, possibilita a elaboração de políticas públicas municipais que privilegiam, principalmente, o capital privado e uma minoria da classe dominante, em detrimento da coletividade.

E isso reforça o quarto fator, que é o econômico, pois a proximidade entre os diferentes agentes capitalistas e os agentes públicos, quando eles não se confundem, facilita com que as políticas públicas favoreçam a reprodução do capital privado, seja de forma indireta – como por exemplo a valorização imobiliária de determinada região da cidade a partir das políticas habitacionais que concentram os loteamentos populares e/ou conjuntos habitacionais em uma outra área que não represente interesse do capital imobiliário – seja de forma direta – quando da implementação de infraestrutura urbanística não nas áreas mais pobres, mas naquelas onde se concentram investimentos privados.

E por fim, o quinto fator que torna específico o processo de exclusão social e o acirramento das desigualdades nas cidades médias seria o ideológico, pois se as cidades médias são as “ilhas de prosperidade” e local de oportunidades, aqueles que não estão qualificados, que não se habilitam para se inserir no processo devem ser marginalizados, excluídos social e espacialmente da cidade “idealizada”, lhes restando apenas os espaços degradantes e estigmatizados.

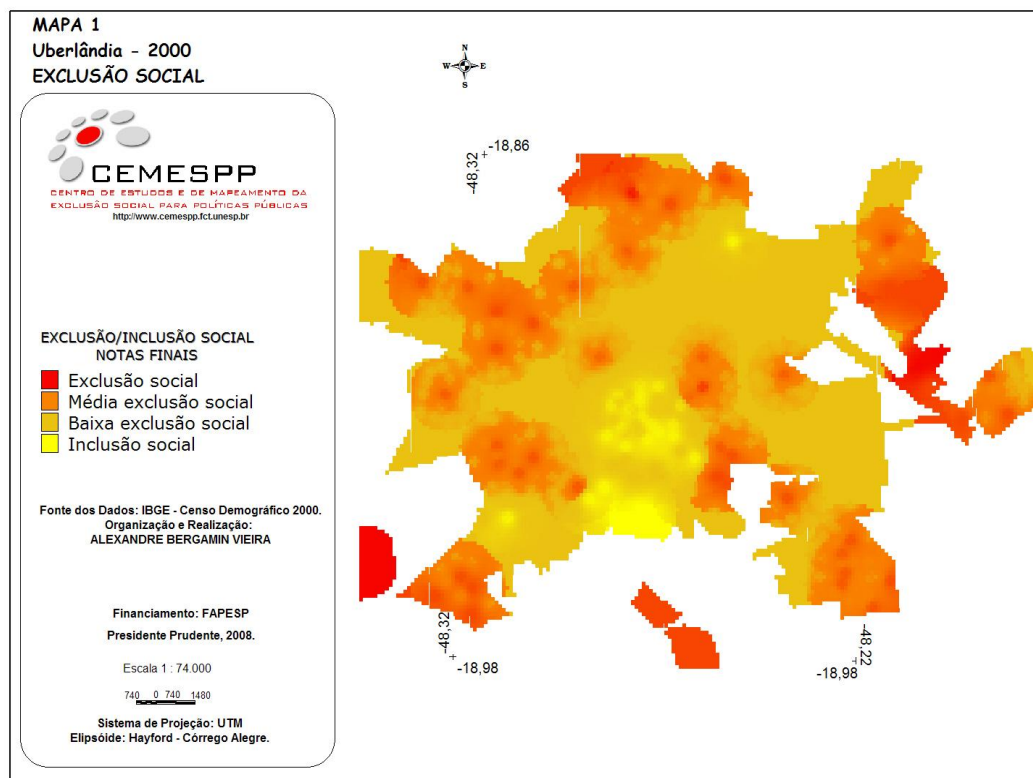
Dessa forma, defendemos que na análise e compreensão das cidades médias e de sua estruturação intra-urbana é essencial considerarmos as desigualdades socioespaciais e a exclusão social e não apenas os processos de estruturação desenvolvidos pelo capital e seus agentes.

Portanto, a partir dos mapas de síntese a seguir, o qual denominamos Mapa da Inclusão/Exclusão Social⁶, poderemos compreender como se materializam as desigualdades sociais no espaço intraurbano de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

⁴ Rede de lojas de Alto Luxo situada na cidade de São Paulo

⁵ Centrais, aqui, não no sentido estrito do centro urbano mas no sentido daqueles lugares pelo qual o visitante das cidades mais circula.

⁶ Para a elaboração dos mapas da exclusão social utilizamos a seguinte metodologia: para cada setor censitário foi atribuída uma nota em cada um dos 19 indicadores analisados, cujos valores variavam de uma, para os setores censitários classificados como melhores, até quatro, quando os setores classificavam-se com os piores indicadores, sendo as notas dois e três relativas aos setores censitários classificados como intermediários melhor e pior, respectivamente. Assim, para cada setor censitário foi obtida uma média aritmética relativa aos valores obtidos por cada um deles em cada indicador componente do sistema de indicadores e posteriormente classificados pela mesma metodologia estatística da distância máxima euclidiana.



A partir do mapa 1 podemos visualizar a configuração espacial da exclusão-inclusão social na cidade de Uberlândia.

Notamos a maioria dos setores censitários classificados como intermediários, num total de 533 setores (95%), distribuídos por todas as regiões gerais da cidade, sem determinar uma concentração específica em uma região da cidade.

Contudo, notamos que os setores censitários intermediários classificados como de média exclusão social (7,7% do total, ou 43 setores) localizam-se, principalmente, próximos daqueles setores classificados como de exclusão social e concentram-se, principalmente nas “bordas” da cidade de Uberlândia, com pouco destaque para aqueles que se localizam na região central da cidade.

Com relação aos poucos setores censitários classificados com os melhores indicadores (apenas 23, ou 4,1% do total), cuja nota final varia de 1,21 a 1,42, considerados como setores de inclusão social, percebemos uma concentração na região centro-sul da cidade, representando, essa localização, melhores condições de vida para a população nela residente.

Já os setores classificados como de exclusão social – somente 5 setores ou 0,9% do total – cujas notas variam de 2,37 a 2,95, encontram-se distribuídos, no geral, por toda a “periferia” da cidade, com uma concentração nas regiões sul e leste da cidade.

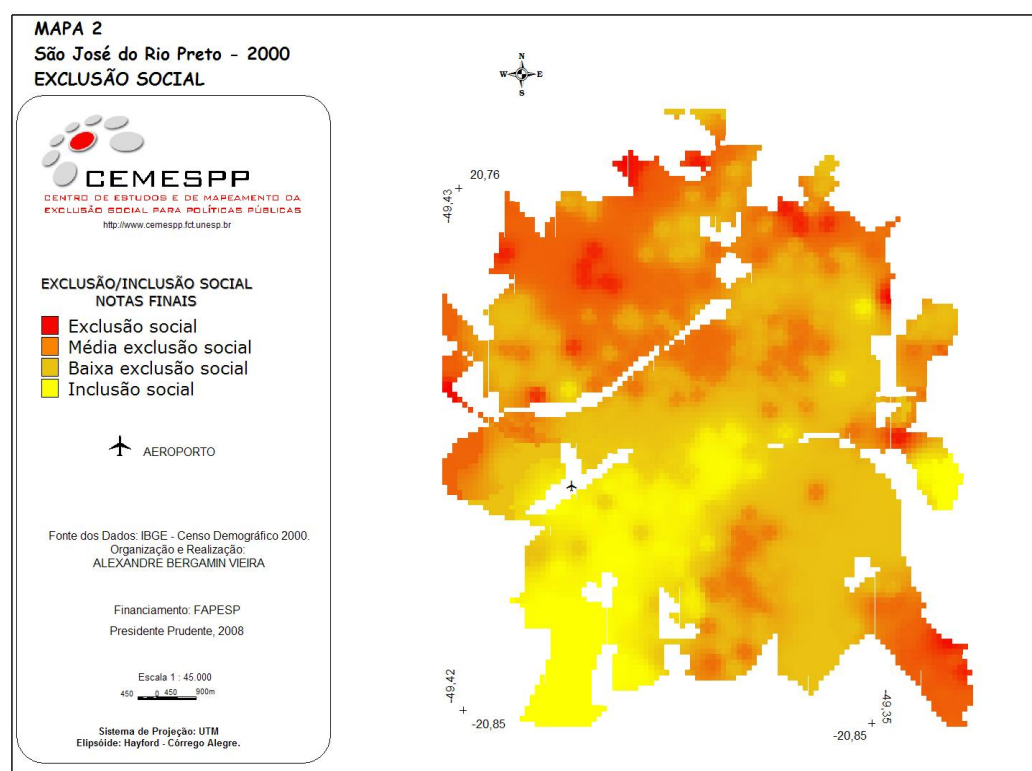
No geral, poderíamos afirmar que em Uberlândia haveria uma relação de inclusão – exclusão social centro-periferia, ou seja, uma inclusão social da população residente nos setores centrais, onde se concentram os setores de baixa exclusão social, principalmente da cidade e uma exclusão social concentrada nos setores localizados nas regiões mais periféricas da cidade.

Assim, no quadro 2 abaixo apresentamos uma síntese dos percentuais de setores censitários, moradores e domicílios inseridas em áreas de inclusão social, baixa exclusão social, média exclusão social ou exclusão social na cidade de Uberlândia

Quadro 2 - Uberlândia – 2000 – Síntese do Mapeamento de Exclusão social

| Tipo | Percentual de setores | Percentual de moradores | Percentual dos domicílios |
|----------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|
| Setores de Inclusão | 4,1 | 3,7 | 3,8 |
| Setores de Baixa Exclusão | 87,3 | 86,8 | 87,2 |
| Setores de Média Exclusão | 7,7 | 8,2 | 7,5 |
| Setores de Exclusão | 0,9 | 1,3 | 1,5 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Organização: Autor, 2008.



Entendemos que o Mapa da Exclusão Social de São José do Rio Preto vai de encontro àquilo que constatamos a partir dos mapas elaborados com base no sistema de indicadores, ou seja, os melhores indicadores concentrados nos setores censitários localizados nas áreas sudoeste e central, com alguns outros setores em distintas porções da cidade e os piores indicadores concentrados nos setores localizados nas periferias norte, nordeste e noroeste da cidade.

Como em Uberlândia, a grande maioria dos setores censitários de São José do Rio Preto (345, ou 80,6% do total) – classificam-se como intermediários – com as notas finais variando entre 1,53 a 1,68 para os setores de baixa exclusão social e entre 1,74 a 2,05 para os setores de média exclusão – e também distribuem-se geograficamente pela cidade como um todo, porém, com menor intensidade nas regiões central e sudoeste da cidade, onde se

concentram a quase totalidade dos 61 (14,3% do total) setores de inclusão social. Ou seja, são nos setores de inclusão social que ocorre a predominância da classe social mais favorecida da cidade.

Ressaltamos, ainda, que nestas duas regiões gerais da cidade, não há ocorrência de nenhum setor de média exclusão social ou de exclusão social, revelando uma nítida separação entre riqueza e a pobreza na cidade.

Em uma relação dialética, ao concentrarmos os melhores indicadores sociais e espaciais e, conseqüentemente, as classes sociais mais favorecidas em apenas algumas áreas gerais da cidade, concentramos em outras porções da cidade as classes sociais menos favorecidas, juntamente com os piores indicadores, os setores de exclusão social, pois, a partir da leitura do Mapa da Exclusão Social, constatamos a concentração de parte dos 22 setores censitários classificados como de exclusão social nas regiões norte, noroeste e nordeste da cidade.

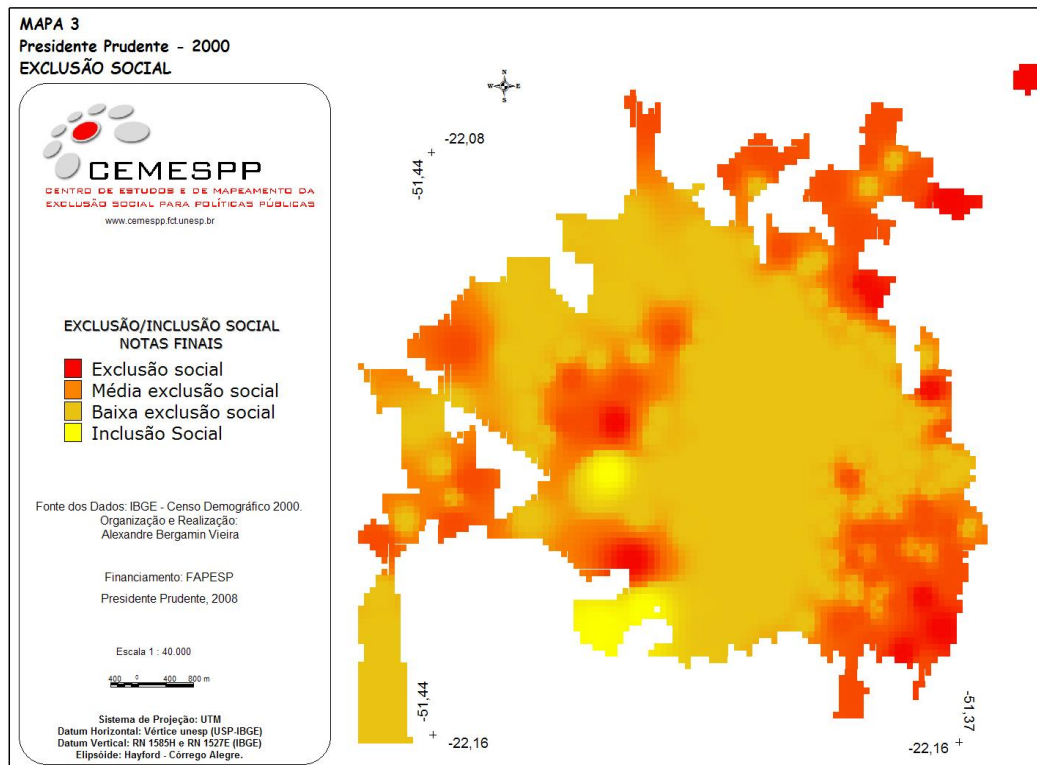
Assim, podemos afirmar que a exclusão social na cidade de São José do Rio Preto se caracteriza numa divisão centro-sudoeste para os setores de inclusão social e norte, nordeste e noroeste para a exclusão social, configurando um espaço intraurbano desigual e excludente.

Portanto, conforme apresentamos para Uberlândia, no quadro 3 a seguir procuramos representar os percentuais de setores, domicílios e pessoas inseridos em áreas de inclusão social, baixa exclusão social, média exclusão social ou exclusão social

Quadro 3 - São José do Rio Preto – 2000 - Síntese do Mapeamento de Exclusão social

| Tipo | Percentual de setores | Percentual de moradores | Percentual dos domicílios |
|----------------------------------|------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| Setores de Inclusão | 14,3 | 11,3 | 12,6 |
| Setores de Baixa Exclusão | 46,7 | 45,8 | 46,5 |
| Setores de Média Exclusão | 33,9 | 36,8 | 35,6 |
| Setores de Exclusão | 5,1 | 6,1 | 5,3 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Organização: Autor, 2008.



Em Presidente Prudente o mapeamento da exclusão social, com em Uberlândia e São José do Rio Preto, revela, nitidamente, as desigualdades sociais e espaciais entre as diferentes áreas da cidade, com a peculiaridade de concentrar quase todos os setores de exclusão social na região considerada como “além linha”, referindo-se a via férrea que corta a cidade, ou seja, apenas 2 dos 10 setores censitários (4,2% do total) classificados como de exclusão social, com as piores notas (2,34 a 2,74) localizam-se em outras áreas que não seja essa delimitada pela estrada de ferro.

Com relação aos apenas 3 setores censitários (1,3 % do total) com as melhores notas (1,11 a 1,26), portanto, classificados como setores de inclusão social, observamos uma concentração na região sul e áreas próximas.

Seguindo, ainda, o observado em Uberlândia e São José do Rio Preto, a grande maioria dos setores censitários – 212 ou 94,4% do total – são classificados como intermediários (notas finais variando de 1,42 a 1,89 para os de baixa exclusão social e 1,95 a 2,26 para os de média exclusão social) e distribuem-se por todas as regiões gerais da cidade, ressaltando que os de média exclusão social concentram-se, principalmente, nas áreas “além linha”.

Afirmamos, portanto, que em Presidente Prudente o processo de exclusão social se caracteriza pela concentração espacial dos setores censitários de exclusão social na região denominada de “além linha” e os setores de inclusão concentrados, em sua maioria, na região central da cidade.

Dessa forma, na sequência, no quadro 4, apontamos uma síntese dos percentuais de setores, moradores e domicílios obtidos através do mapeamento da exclusão social.

Quadro 4 - Presidente Prudente – 2000 Síntese do Mapeamento de Exclusão social

| Tipo | Percentual de setores | Percentual de moradores | Percentual dos domicílios |
|----------------------------------|------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| Setores de Inclusão | 1,3 | 0,8 | 0,7 |
| Setores de Baixa Exclusão | 74,8 | 71,5 | 73,2 |
| Setores de Média Exclusão | 19,6 | 22,5 | 20,7 |
| Setores de Exclusão | 4,3 | 5,2 | 5,4 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Organização: Autor, 2008.

Assim, baseados nos mapas de exclusão social, para cada uma das cidades revelam, nitidamente, as desigualdades sociais e espaciais nelas existentes, revelando, assim, diretamente as dimensões geográfica, econômica, social e, intrínseca a estas dimensões, constatamos, a partir das visitas de campo, as dimensões política (ausência de movimentos contestatórios da situação de desigualdade e exclusão social) e da representação social (na qual os moradores das áreas de concentração da exclusão são estigmatizados e considerados os próprios responsáveis pela situação em que se encontram).

Os mapas reforçam, também, os cinco fatores que tornam específico os processos excludentes nas cidades médias, ou seja, “naturalizam” as desigualdades sociais e espaciais (fator social), escamoteiam a paisagem urbana ao concentrar a exclusão nas áreas mais periféricas (fator geográfico), revelam que as políticas públicas habitacionais diferenciam o espaço urbano (fator político) valorizando determinadas áreas da cidade (fator econômico) reforçando o ideário da culpabilidade da exclusão social aos próprios excluídos (fator ideológico), acirrando e reforçando a exclusão social nas cidades médias, reforçando as desigualdades sociais e espaciais na escala intra-urbana.

Referências Bibliográficas

AMORIM FILHO, Osvaldo. **Cidades médias e a organização do espaço no Brasil**. Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, v.2, n.5, p.5-34, junho, 1984.

BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades Médias: o exemplo de Uberlândia (MG) In. **Revista Caminhos de Geografia**. UFU. 24(16), out/2005. p.268 – 288

BUENO, José C. de Lima. **A expansão física de São José do Rio Preto – 1980 a 2000**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) 213f. São Paulo: FAU/USP.2002.

CORRÊA, Roberto L. Construindo o conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, Maria E. B. (org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular. 2007. p.23-33.

HORA, Mara Lúcia F. da. **O projeto CURA III em Presidente Prudente**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual paulista, 1997.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Software

MARISCO, L. M. O. **A norma e o fato: abordagem analítica da segregação socioespacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos.** 224f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2003.

MOTA, Hermílon M. **Evolução urbana de Uberlândia: uma cidade do Triângulo Mineiro de porte médio e em contínuo crescimento.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) 157f. Campinas: UNICAMP. 2001

OLIVEIRA, Selmane F. **O crescimento urbano e ideologia burguesa.** Dissertação (Mestrado em História) 180f. Niterói: UFF. 1992

POCHMANN, Márcio e AMORIN, Ricardo (orgs.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil Vol.3**. São Paulo: Cortez, 2003. 3ªed.

_____. **Atlas da Exclusão Social no Brasil Vol.5.** São Paulo: Cortez, 2005. 3ªed.

PONTES, Beatriz. M. S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: GASPERR – FCT/UNESP, 2001.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, Beatriz. R. **Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado - imagens e representações no triângulo mineiro.** Tese (Doutorado em Geografia) – USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo-SP, 1995.

_____. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Revista Formação.** Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia, FCT/UNESP, n.6, 1999, p. 55-63.

SPOSITO, Maria E. B. (org.) **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular. 2007. 632p.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo.** 2004. 508f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. (org). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média.** Presidente Prudente : [s.n.], 2002.

VIEIRA, Alexandre B. **O lugar de cada um: indicadores sociais de desigualdade intraurbana.** 2005, 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

_____. **O Poder Público Municipal e a segregação socioespacial na cidade de São José do Rio Preto.** Relatório de Pesquisa (PIBIC-CNPq) 66f. Presidente Prudente: FCT-UNESP. 2001

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP.** Tese (Doutorado) - Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista. 2003.